

A invisibilidade do poder disciplinar: controle fabril e urbano

Sueli de A. Montesano^{1*}
Sergio de Araújo^{2**}

Resumo: Essa comunicação focalizará o poder disciplinar de uma empresa sobre seus trabalhadores no espaço fabril e na cidade. Ao recrutar, fixar a força de trabalho, estabeleceu estratégias administrativas veladas de controle que ultrapassou seus portões. A pequena localidade possibilitou a dominação da organização sobre seu espaço e os operários, coibiu a participação político partidária, sindical e discriminou os “indesejados”. Silenciou por muitos anos os trabalhadores e conteve as resistências mais visíveis.

Palavras-chave: poder disciplinar, operários, fábrica, cidade .

Abstract : This paper aims to present a study of disciplinary power realized over blue-collar workers within and outside of a factory. It's object consists of memories of the workers involved. Controlling strategies underlied processes of recruiting and incorporating labor. The small town where the factory was situated facilitated the introduction of practices of domination by propitiating space visibility and barriers to prevent the workers to ally with political parties and join trade-unions by discriminating the “rebels”. This kind of strategy kept the workers under control and prevented actions from the more visible groups of resistance .

Keywords: disciplinary power, blue-collar workers, factory, town

1-Os Limites da Cidade e os Ardis da Dependência

Vivemos numa sociedade de vigilância que procura disciplinar a multiplicidade humana para assegurar a harmonia, obediência, reprimir agitações, revoltas, enfim barreiras que se oponham à ordem instituída.

Michel Foucault, em seus estudos, aponta para a importância do poder disciplinar nas relações sociais, particularmente os micros poderes, com objetivos econômicos e políticos, para extrair do homem a máxima produtividade e reduzir resistências. Esse poder organiza o espaço, controla o tempo, vigia, registra, produz saber, forma o homem útil e dócil que a sociedade necessita (Foucault,1989a). É nessa perspectiva, que se propõe entender a dominação exercida pela organização em questão, sobre os funcionários e a cidade.

^{1*} Doutora em Ciências Sociais, PUC-SP. Prof^a da FACCAMP (Faculdade Campo Limpo Paulista)

^{2 **}Doutor em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Gregoriana,Roma. Prof. da Universidade Católica de Goiás.

1.1- O “monopólio do emprego”

A empresa, fixou-se num pequeno município no interior de S.Paulo, nos anos 30, de certa forma isolada dos centros urbanos maiores, que eram as cidades de São Paulo e Campinas. Não sofria concorrência local, ante as dificuldades de locomoção da população para outras cidades da região em busca de trabalho, por ausência de horários diversificados de transportes e pela precariedade dos mesmos. Somam-se a isso também a tradição de se empregar na cidade e próximo à residência. Essas condições valorizaram a empresa por muitos anos, que pagava os maiores salários, alguns benefícios em relação a outras indústrias, o que exerceu um certo reforço no seu domínio sobre a mão-de-obra. Os operários tinham apenas a força de trabalho para vender, essa dependência representou uma forma de “servidão”, com a dominação direta dentro e fora da fábrica. (Montesano,Sueli de A.,1998)

A "dependência econômica" (Brandão Lopes,1967) também os silenciou por alguns anos e contribuiu para que pouco reivindicassem frente ao temor do desemprego. Ao deter o “monopólio do emprego” (Brandão Lopes,1967) ela interferiu de maneira velada sobre a cidade, particularmente ao impedir que concorrentes ali se instalassem, pois disputariam a mão de obra local, o que de certa maneira promoveria a majoração salarial³.

Um dos empresários apontou para essa sujeição da população em relação à empresa. “A cidade era muito pequena e grande parte da população trabalhava na empresa. A cidade, do tamanho que era, dependia muito, nessa altura, da fábrica...”⁴

Relatos, artigos de jornais trouxeram à tona a percepção do controle da indústria sobre o município, preservada por anos com repercussões negativas que permaneceu na memória operária e da população em geral. Ela que, segundo as lembranças, promoveu o progresso, também restringiu e excluiu o direito dos moradores terem outras possibilidades de emprego, principalmente nas décadas de 40 a 70.(Montesano,Sueli de A.,1998)

Como a organização da cidade reponde a interesses de acumulação, a fragilidade do poder político local em contraponto à hegemonia empresarial é o resultado perceptível da convivência entre as realidades, que tem sido a subordinação, a cooptação de dirigentes locais. São relações que se processam no plano das relações pessoais por alianças político-conjunturais (Piquet,1998).

³ Havia polêmica em torno disso, as pessoas diziam que os prefeitos vizinhos ofereciam condições para indústrias se instalarem em seus municípios o mesmo não ocorria com a cidade em questão.

⁴ Entrevista com presidente do Conselho de Administração da empresa, em 12 de junho de 1996, referindo-se aos anos 40 e 50.

1.2 - O silêncio das lutas

Os sindicatos operários perderam sua autonomia como representantes dos operários no governo de Getúlio Vargas, quando ficaram subordinados ao Ministério de Trabalho. O decreto 19770 de março/ 1931 os considerava como órgãos técnicos e consultivos, destinados a colaborar com o poder público. Proibiram a propaganda ideológica de caráter social, político, religioso e deixava de ser encarado como órgão de luta, defensor dos assalariados. O texto da lei, propunha negociação entre as partes e as noções de conflitos foram substituídas por colaboração. A intervenção do Estado nas relações trabalhistas eram encaradas como necessárias para a igualdade entre eles. Porém o preço cobrado pela “proteção” foi o desaparecimento do movimento operário combativo, que deveria curvar-se às normas já elaboradas. (Luca,2001)

Entre 1932-34, Salgado Filho à frente deste Ministério acelerou a elaboração da legislação social⁵ e foi promulgada uma longa lista de leis como: horário de trabalho no comércio e indústria, regulamentou o trabalho feminino, dos menores, carteira de trabalho, férias, entre outros. Porém, o uso dos benefícios sociais estavam condicionados à sindicalização, o operário deveria ter carteira de trabalho assinada e, desta forma, deu um duro golpe nos sindicatos independentes. Em 1935, com a lei de Segurança Nacional poderiam combater qualquer tipo de “subversão” e com a criação do Tribunal de Segurança Nacional combateram os opositores do regime. Os sindicatos livres foram fechados, os líderes operários perseguidos e presos (Luca,2001).

Na história do sindicato dos metalúrgicos da cidade⁶, a presidência e a maioria dos cargos da diretoria foram preenchidos por funcionários da referida organização. Além de nascer atrelado ao Estado o mesmo ocorreu em relação à empresa, pois não tinha condições financeiras de se manter, “... era um sindicato pobre, sem dinheiro e até publicações de Assembléias Gerais eram colocadas no quadro negro na portaria da indústria...”⁷

⁵ No governo Vargas a questão social foi tratada como questão política e não de polícia, cuja solução viria pelo Estado, pela adoção da legislação social. Cabia a ele proporcionar assistência social, maior amparo e dignidade à população e o homem seria valorizado pelo trabalho o que o tornou digno de respeito e da proteção da sociedade. Cabia ao Estado a proteção do trabalhador contra a fome, miséria, garantir o trabalho como meio de realização pessoal e promoção do desenvolvimento social. GOMES, Ângela de C. *A Invenção do trabalhismo*. 2ª ed, Rio de Janeiro, Relume-Dumará,1998,p.184

⁶ O sindicato dos metalúrgicos de Santa Bárbara d'Oeste foi fundado em 1946. O empresário conversou com os primeiros diretores, soube das dificuldades em manter as atividades sindicais numa pequena sala onde estava instalado, das dificuldades financeiras da entidade para comprar um terreno e construir uma sede, doou-lhe um terreno. No seu entender o sindicato deveria ficar numa esquina e como o terreno da esquina era de um empresário amigo, fez uma troca com um terreno seu, doou as terras permutadas, para o sindicato com a escritura. O entidade na época, tinha em caixa 70 mil, emprestou mais 70 mil da Federação e construiu sua primeira sede. Entrevista com Henrique, 24 de junho de 1996

⁷ Entrevista com Adão, 15 de maio de 1996

Os depoimentos obtidos junto aos empregados, apontaram que as atividades sindicais, até nos anos 70, eram orientadas no sentido de solução amistosa dos problemas trabalhistas e de concessão aos trabalhadores, ou seja, uma atuação conciliatória. Os conflitos que ocorriam eram vinculados à legislação, aos direitos dos operários, nem sempre iam à justiça, eram encaminhados por eles e solucionados harmoniosamente entre as partes conforme propunha o Estado “...havia um perfeito entrosamento entre patrão e empregado... não havia necessidade de brigar...”⁸. Para os trabalhadores, ser sócio do sindicato, participar de suas reuniões era perigoso, um desafio, porque ficavam “visados” na organização e essa imagem permaneceu até anos 80, o que parece ter dificultado bastante sua ação.(Montesano,Sueli de A.,1998)

Os operários da época, segundo as lembranças de sindicalistas, eram pouco informados quanto aos seus direitos, acreditavam na honestidade da empresa e foi difícil conquistar a adesão. Aos poucos com um trabalho de base, com a leitura de jornais, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), foram esclarecidos quanto às questões dos seus direitos.

Também um ex-militante sindical, relata o período de isolamento que sofreu na fábrica, por sua atuação e não podia ser demitido pois era cipeiro,⁹ “no início me marginalizaram no serviço... depois pegaram minha bancada e fiquei uns seis meses isolado do pessoal ... quando fui demitido da empresa, não consegui mais emprego aqui na cidade e nem os meus filhos..”¹⁰

Pode-se perceber que a vigilância é um dos instrumento utilizados pelo poder disciplinar na construção de homens úteis e dóceis.A empresa observou os trabalhadores fora do espaço fabril, controlou os comportamentos, separou pessoas e preveniu desordens. Porém como apontou Foucault, o poder é uma relação que implica lutas. Está presente na sociedade, exerce-se como uma multiplicidade de relações de forças, portanto, onde ele se instala há possibilidade de resistências (Foucault,1989a) mesmo que veladas. O caráter conciliador adotado pela organização no trato das questões trabalhistas, dificultou, ao longo dos anos, a emergência do movimento sindical. Até nos anos 60 não houve greves, embora tenha havido outros sinais de resistência. Dessa forma, a vigilância da organização nos espaços fabril e da cidade, conseguiu conter comportamentos indesejados, desarticular resistências, logo se entende que o poder disciplinar não apenas excluiu, reprimiu, mas também produziu domínios, riquezas e os homens necessários que precisava.

⁸ Idem.

⁹ Todo funcionário eleito membro da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), representante dos empregados, tem estabilidade de emprego, durante um ano.

¹⁰ Entrevista com Paulo, ex-militante sindical, em 27 de abril de 1996.

A proximidade do trabalhador à produção e reprodução reforça a assiduidade, pontualidade, prontidão permanente à empresa. O policiamento de comportamentos individuais e familiares fazem desaparecer a privacidade e há a invasão do espaço pessoal pela organização(Piquet,1998) como poderemos observar.

1.3 - O controle pela visibilidade do espaço

A pequena cidade se assemelhava às vilas operárias não apenas no tamanho, mas pelo controle do espaço pela empresa. As pessoas se conheciam, havia grande visibilidade dos moradores entre si. Atitudes dos trabalhadores fora da empresa refletiam internamente, entre aqueles que participavam de partidos políticos, sindicatos e alguns precisaram deixar a militância. Esses fatos correspondem aos anos 30, abarcando também o período após a morte do empresário nos anos 60 e 70.

Ao rememorar, um ex-funcionário aposentado, deixou transparecer um misto de conformismo e revolta: "...política não presta... você é muito visado... você não pode discordar do patrão, tem que estar de acordo com ele. Tive que parar com a política... fui visado dentro da fábrica".¹¹ Narrou a experiência política como algo que o fascinava, embora lhe tivesse trazido alguns dissabores e, por uma estratégia de sobrevivência, deixou a militância, passou a atuar junto ao sindicato, mais aceito pela organização. Ao longo de sua narrativa mostrou seu entusiasmo pela política local e depois, seu discurso foi reprimido, fragmentado, com espaços de silêncios, "não ditos".¹²

Por deter o monopólio do emprego, a empresa expulsou da cidade operários, quer seja pela simples perda do trabalho, quer pela discriminação dos "indesejáveis" aos olhos do patrão e que foram para a "lista negra".¹³ Aqueles que insistissem na militância política partidária ou sindical foram perseguidos na fábrica. Não recebiam os aumentos salariais espontâneos, promoções de cargos, eram muitas vezes rebaixados para outras seções, ficando “encostados”, esquecidos e humilhados.

A existência destas práticas era freqüente entre o patronato em geral, salientando-se que os operários suspeitos de rebeldia eram facilmente substituídos, e dificilmente

¹¹ Entrevista com Henrique, ex-funcionário aposentado, loc. cit.

¹² POLLACK, Michael ao estudar os grupos de excluídos ressaltou a importância das memórias subterrâneas, que aparecem como proibidas, “indizíveis”, cheia de receios. Sua contribuição teórica permite perceber que por trás destes silêncios há um certo temor, expresso nas relações sociais de desigualdades que estão ocultas. POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos*, vol.2, nº 3. Rio de Janeiro, Vértice, 1989.

¹³ Era uma rede confidencial de informações, estabelecida entre os empresários locais, que identificava os operários “indesejáveis”, pela participação sindical ou política. Alguns operários falaram de sua possível existência.

encontravam um novo emprego. A idéia de se fazer a *lista negra* tinha como meta identificar *delinquentes*, pessoas *indesejáveis*, que agissem como *fermento de indisciplina*. (Teixeira,1990)

Em sua pesquisa, Brandão Lopes também verificou que a grande empresa na pequena cidade, além de deter o monopólio do emprego, o poder local, ao demitir as pessoas *por política*, deixavam-na sem emprego estável e eram obrigadas a se mudar para centros urbanos maiores. (Brandão Lopes,1967)

A dominação pela visibilidade do espaço, explica uma série de práticas personalizadas nas relações empresa-operário. Nesta em questão, ficavam à disposição mesmo nas horas de folga e, dependendo do cargo, eram acionados a qualquer hora do dia e da noite, para executarem os serviços necessários. Essa prática ainda persistiu nos anos 90, o funcionário não podia se negar a atendê-la, pois a atitude era entendida como falta de cooperação e ele ficava “marcado” pelas chefia. A visibilidade de espaço possibilitou a organização atenuar atitudes de resistências, quer seja para atender às suas solicitações, por atos de reivindicações operária ou no plano sindical, pela participação em assembléias e greves.

É o olho de poder que observa os comportamentos, um instrumento preciso, discreto, que os localizam sem dificuldade nos espaços da cidade. É ele que inspeciona, controla parcela da vida, do corpo, os pequenos movimentos as ações que podem levar ao enfrentamento (Foucault,1989b) Exige pouca despesas, sem necessidade de violência física vigia e as pessoas ao interiorizá-lo, acabam por vigiar a si próprio.

Não se pode esquecer o papel de controle e disciplina sobre a cidade, que o apito da fábrica exerceu, durante anos, ao anunciar aos operários o início do trabalho, a pausa para o almoço e o encerramento do expediente normal. Esse *relógio sonoro* também aprisionou lentamente a vida urbana. Era a referência de horário, controlava o cotidiano da população e o tempo medido da fábrica atingia, de certa forma, a cidade. O seu poder dominou o tempo industrial e penetrou nos níveis mais íntimos.¹⁴ Regulou o *relógio biológico* dos trabalhadores e de suas famílias, impondo-lhes o tempo da fábrica, interferindo em seus hábitos diurnos e noturnos. Esse mesmo apito saudava a população e seus empregados, ao fazer-se presente também nas festas de fim de ano, dando as boas vindas, brindando o Ano Novo que se iniciava.

É possível perceber então que o sucesso do poder disciplinar se deve ao uso de instrumentos simples como: olhar, sanção normalizadora e o exame. A pequena cidade tornou

¹⁴ THOMPSON, E. P. Tiempo, Disciplina y Capitalismo. In: *Tradición, Revuelta y Consciência di Clase*. Barcelona, Critica, 1989.

visível os que nela se encontravam, possibilitou sanções sobre aqueles que abrigava, permitiu controlar os comportamentos inadequados que sentiram os feitos de sua dominação. A visibilidade é uma armadilha, onde os corpos podem ser observados no espaço, vigiados, examinados em seus menores movimentos. Ficam aprisionados numa rede de relações de poder e a ela se submetem. As pessoas e particularmente os trabalhadores eram alvos da observação, do registro contínuo (Foucault,1989b), saber o que faziam, onde freqüentavam quais as intenções.O fato de poderem ser vistos os mantém submissos num campo de vigilância, numa rede de anotações. Seus atos serão descritos, qualificados, comparados, analisados, classificados e eles poderão se manter inseridos ou excluídos. As disciplinas enquanto técnicas não apenas asseguram ordem no espaço, mas tem por objetivo o exercício do poder com menor custo. É politicamente invisível, atinge a maioria das pessoas e enfrenta poucas resistências (Foucault,1989b)

Esse corpo que se pretende livre, é preso pelas malhas do poder e há o rapto da cidadania. Estas impedem que o trabalhador sujeito ativo, independente, que tenha o direito de escolher seu partido político, seus candidatos e lutar pelos direitos trabalhistas. A dependência econômica suprime a possibilidade de uma posição política individual, paralisa a ampliação da consciência de sua situação e reforça atitudes para o conformismo. Como ser cidadãos pessoas economicamente dependente?(Santos, Milton,1998).

O cotidiano controlado, mutila a consciência do homem, cria a submissão aos mecanismos de manipulação, mas também é o lugar da descoberta. Ao se recusar a reproduzir comportamentos impostos, faz-se uma escolha consciente gerada pela submissão ao cotidiano controlado (Santos, Milton, 1998). Assim, personalidades mais fortes, homens mais livres deixam de ser passivos, colocam um limite no seqüestro de seu direito de ir e vir.

BIBLIOGRAFIA

BRANDÃO LOPES, Juarez R. Crise do Brasil Arcaico.São Paulo, DIFEL,1967

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro,GRAAL,1989a

_____. Vigiar e Punir. São Paulo, Vozes,1989b

GOMES, Ângela de Castro. A Invenção do Trabalhismo. 2. edição, Rio de Janeiro, Relime-Dumará,1994

_____. O Estado Novo: Ideologia e Poder.Rio de Janeiro, Zahar,1982

LUCA, Tânia Regina de. Indústria e Trabalho na História do Brasil. São Paulo,

Contexto, 2001

MONTESANO, Sueli de A. Trajetórias, Desafios e Tensões: indústrias Romi, operários e cidade (1940-1980). São Paulo, Doutorado em Ciências Sociais, PUC- SP, 1998

PIQUET, Rosélia. Cidade-Empresa: presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1998

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: Estudos Históricos, vol. 2, nº3. Rio de Janeiro, Vértice, 1989.

SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. 4ª. edição. São Paulo, Nobel, 1998

SEGNINI, Liliana. Bradesco: a liturgia do poder. São Paulo, Educ, 1998.

TEIXEIRA, Palmira P. A fábrica do Sonho: trajetória do industrial Jorge Street. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990

THOMPSON, E. P. Tradicion, Revuelta y Consciência de clase. Barcelona, Editorial, Critica, 1984